

No mês de fevereiro de 2019, o resultado primário do Governo Central foi um déficit de R\$ 18,3 bilhões, frente à déficit primário de R\$ 19,2 bilhões observado no mesmo mês do ano passado (termos nominais). O resultado observado foi muito próximo as expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que sinalizava, na mediana, um resultado deficitário de R\$ 18,5 bilhões para o mês. O resultado deficitário no mês de fevereiro é explicado pelo movimento sazonal de maior repartição dos tributos com estados e municípios.

No mês de fevereiro, o Tesouro Nacional e o Banco Central foram deficitários em R\$ 4,0 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 14,2 bilhões. A leve melhora em relação a fevereiro de 2018 se deve a elevação real de 5,0% na receita líquida, acima do crescimento real de 2,3% verificado na despesa total. A elevação na receita líquida é explicada, principalmente, pelo desempenho positivo na arrecadação de IR/CSLL, que teve variação real de R\$ 4,9 bilhões (15,4%). O comportamento da despesa, por sua vez, foi determinado (i) pela pressão “vegetativa” de benefícios previdenciários e de pessoal que conjuntamente elevaram-se R\$ 1,0 bilhão e (ii) pelo aumento de R\$ 1,2 bilhão nas Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo¹.

Com o resultado de fevereiro, o saldo acumulado no primeiro bimestre totaliza superávit de R\$ 11,8 bilhões ante R\$ 11,6 bilhões no mesmo período de 2018 (termos nominais), representando uma queda real de 2,3%. Esse superávit de R\$ 11,8 bilhões é composto por um superávit de R\$ 40,7 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 28,9 bilhões na Previdência Social (RGPS). Importante destacar que tanto as receitas quanto as despesas dos Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e das Pensões/Inativos militares fazem parte do resultado do Tesouro e, nesse período, estas impactaram o resultado negativamente em R\$ 17,5 bilhões². De outra forma, ao agregarmos o resultado do RGPS, do RPPS e das Pensões/Inativos militares (agregando RGPS e RPPS) alcança-se um déficit de R\$ 43,3 bilhões. Esse simples exercício explicita a urgência de se avançar na Reforma da Previdência.

Conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a União divulgou em 22 de março o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do Primeiro Bimestre de 2019, indicando a necessidade de redução dos limites de empenho e movimentação financeira de

¹ Os principais fatores que elevaram essa rubrica foram (i) a parcela anual de R\$ 500 milhões referente capitalização do FG-Fies (totalizará R\$ 3 bilhões ao longo de 6 anos) e (ii) a execução de R\$ 495,1 milhões na ação orçamentária “0027 - Cobertura das Garantias Prestadas pela União nas Operações de Seguro de Crédito à Exportação (Lei nº 9.818, de 1999)”.

² O impacto do RPPS sobre as contas do Governo Central é maior do que seu déficit. Isso ocorre porque quando se calcula o déficit do RPPS deve-se levar em consideração a receita de contribuição patronal. Para o Governo Central essa receita é também uma despesa devendo, portanto, ser consolidada. Para efeito de exemplo, no primeiro bimestre de 2019 o resultado do “RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares” foi de déficit de R\$ 14,4 bilhões contra o impacto negativo supracitado de R\$ 17,5 bilhões.

todos os Poderes em R\$ 29,8 bilhões. Em relação a LOA, houve revisão a menor para a receita líquida de transferências da ordem de R\$ 26,2 bilhões e a maior para a despesa em R\$ 3,6 bilhões. Com o contingenciamento, as despesas discricionárias do Poder Executivo chegariam a um patamar R\$ 99,8 bilhões em 2019, representando o mínimo histórico (série iniciada em 2008).

Na atual apresentação do Resultado do Tesouro Nacional (RTN) foi divulgada a estimativa da Carga Tributária Bruta (CTB) do Governo Geral para 2018 e verificou-se um crescimento em proporção do PIB de 0,97 p.p., com esse indicador alcançando 33,6% do PIB. Desagregando por esfera, o crescimento da CTB ficou em 0,53 p.p. para a União, 0,23 p.p. para os Estados e 0,20 p.p. para os Municípios. Breve comparativo, também exposto na apresentação do RTN, mostra que o Brasil possui a segunda maior CTB entre as economias América Latina e Caribe, ficando atrás apenas de Cuba. Em termos mundiais, a CTB brasileira se aproxima da CTB de países como Reino Unido, Israel e Canadá.

Dado o exposto, fica evidente que o processo de ajuste fiscal exigirá cada vez mais uma mudança na dinâmica das despesas obrigatórias, em especial, em relação ao crescimento das despesas com aposentadorias e pensões, bem como da folha de pessoal do Governo Central. No caso de aposentadorias e pensões, o governo mandou o projeto da nova previdência que tem como objetivo a maior harmonização entre os diferentes regimes de previdência, o combate aos privilégios e também a sustentabilidade fiscal. Vale lembrar que, para o padrão demográfico brasileiro atual, o país gasta com previdência, como porcentagem do PIB, muito acima de outros países, o que ajuda a explicar o fato de se tributar muito e não se ter uma oferta de serviço público adequado.

O desafio fiscal brasileiro está posto e é significativo. Atualmente, o resultado do Governo Central encontra-se em um patamar de 4 p.p. do PIB inferior ao período anterior à crise financeira de 2008. O fator que mais explica essa deterioração é o crescimento das despesas públicas, responsável por 75% da piora do resultado primário como proporção do PIB entre 2008 e 2018, e, em especial, as despesas previdenciárias que cresceram isoladamente 2,1 p.p do PIB no mesmo período. A superação do desafio fiscal passa, necessariamente, por reformas que estabilizem a dinâmica das despesas obrigatórias e que exigem o esforço em conjunto de toda sociedade brasileira.